

POR UMA ARQUEOLOGIA DO SABER “PSICANÁLISE”

Riccardo Pacifico

Resumo:

A idéia e a tentativa de uma descrição à luz do método “arqueológico” de Michel Foucault oferece a oportunidade de verificar a situação atual da psicanálise, sobretudo no que toca a sua coerência interna, com parâmetros diferentes daqueles habitualmente em uso na história das idéias. Os critérios da análise “arqueológica” impõem, de fato, considerar a psicanálise não como um “campo do conhecimento” ou uma disciplina científica implicitamente unitária, mas como uma prática e uma formação discursiva que se mantém coerente mesmo através e apesar de seus momentos de descontinuidade. Arqueologicamente, pertence-se ao saber “psicanálise” como a um regime de visibilidade e de dizibilidade que carrega na sua própria condição e regra – o modo pelo qual pode instituir e formar os próprios objetos e conceitos – as razões da sua necessidade histórica. Nesse sentido, um enquadramento arqueológico do que hoje se apresenta e se denomina como o campo psicanalítico pode servir para compreender se esta última mantém ainda de verdade a sua identidade e a sua específica função. Sobretudo distinguindo, através das transformações que continuam a movimentar o espaço discursivo, as descontinuidades que permanecem fiéis ao modo como pode instituir e formar os próprios objetos e conceitos, daquelas que, mesmo em relação às leis do seu “arquivo” constituem mutações inconciliáveis ou confinamento de e em outros saberes.

Palavras-chave: Foucault, Saber, Arquivo, Descontinuidade, Mutação

Qualquer que seja o pressuposto que promove e sustenta, na sua própria dimensão mundial, na sua instância de exemplaridade, a constituição e o desenvolvimento dos Estados Gerais da Psicanálise é tão evidente quanto implícito.

Ao que estes se referem, inclusive na retórica de seu bando, é a petição de princípio, tão difundida e radicada na história das idéias, pela qual é possível e correto se referir à psicanálise como a um conjunto de teoria e prática essencialmente unitário.

Apenas o postulado de uma identidade comum e originária, de uma compreensão e solidariedade submetidas à diversidade de opções metapsicológicas, de métodos, linguagens e estilos que aí são expostos, pode de fato justificar a convocação deste encontro mundial e a resposta ao seu apelo?

O que garante legitimidade à convocação e à resposta é a mesma ideologia com a qual os historiadores do pensamento, utilizando as noções organizadoras de “tradição”, “desenvolvimento”, “evolução”, organizando o jogo das hereditariedades, a comunhão das “influências”, produzem aquelas sínteses e repartições, modalidades de pertencimento indicadas sob o signo e o valor da continuidade, que se denominam “campos do conhecimento”?

Acima de tudo, essa confiança axiomática na sua unidade e coerência, na capacidade unificadora de seu nome que “a” psicanálise celebra consigo mesma sob a cena emblemática dos seus Estados Gerais.

Não que este mesmo teatro se torne, também, ‘ocasião’ privilegiada onde tal pressuposto – que é pois, para dizer com Derrida, la *foi jurée* em que os sujeitos aqui reunidos se alternem e convivam – seja problematizado como questão necessária e até mesmo preliminar, para verificar, e eventualmente reformular, a identidade e o pertencimento que isso, na realidade, inclui e garante.

Remetendo esta análise ao elemento primário e mais evidente que se oferece à sua atenção. Isto é, partindo do dado imediato desse espaço discursivo, das intervenções que aqui ocorrem, tão numerosas e singulares, em nome único e comum de “a” psicanálise. E perguntando, antes de mais nada, não qual é o efeito de coerência resultante do complexo dos seus conteúdos, da sua proposta e sim o que significa aqui tomar o partido e a palavra sob essa definição.

Que o método para conduzir tal interrogação deva ser foucaultiano, ou para melhor dizer “arqueológico”, se dá por si. Deriva do tipo de gesto analítico e de recorte que a mesma demanda comporta.

“Arqueológico” é de fato, propriamente, o movimento, o percurso que reconduz do plano do conhecimento ou da ciência, sobre o qual trabalha a história das idéias, ao do “saber”, entendido como sistema enunciativo com específicas condições próprias de emergência e regra de funcionamento. E’ o processo que descreve os discursos não pelo que mostram ou escondem – temas, pensamentos, intenções, representações – mas, simplesmente, na sua exterioridade, na sua espessura concreta, “enquanto prática que obedece à regras”.¹

O problema que isso coloca não é o da procura de uma identidade única e constante submetida aos discursos, mas é o de definí-los “na sua especificidade; de mostrar em que sentido o complexo de regras que colocam em operação é irreduzível a qualquer outro; de seguí-los ao longo de suas linhas de contorno para melhor sublinhá-las”.² O seu objetivo, em outros termos, é de estabelecer “uma análise diferencial da modalidade de discurso”.³

Arqueológico é em suma o olhar que, voltando-se para o testemunho do que se apresenta na investidura científica (mas também social e econômica) da psicanálise, a considera e a avalia não em razão de seus significados, mas na sua natureza de acontecimento enunciativo, e principalmente considerando o seu pertencimento a “um mesmo sistema de formação”.⁴

Considerada à luz da redução arqueológica, a psicanálise corresponde, antes de tudo, como regime de enunciação, a um dos muitos modos, das tantas possibilidades da

¹ M. Foucault, *L’archeologia del sapere*, Rizzoli, Milano 1994, p. 184.

² Ibidem.

³ Ibidem.

⁴ Ivi, p. 144.

“existência singular que vem circunscrita à luz do que se diz”.⁵ Constitui um campo discursivo organizado onde, a partir de determinada instância e condições do dizer, e através dos enunciados que aí poderão ser gerados, se formam e se deformam, aparecem e desaparecem “grupos de objetos, [...] conjunto de conceitos, de séries de escolhas teóricas”.⁶ Qual conjunto de elementos, em suma, – indispensáveis à constituição de um conhecimento e de uma ciência, mas não necessariamente destinados a lhes dar vida – que cada prática discursiva forma, tendo por base sua própria estrutural positividade. Como todos os outros saberes, também a psicanálise é portanto governada por um arquivo próprio, pela lei, entendida como algo a priori rigorosamente histórico – “do que pode ser dito”, pelo sistema que governa a aparição, em seu interior, de enunciados como acontecimentos singulares, tornando alguns possíveis e outros não.⁷ O arquivo “é aquilo que faz que o dito e os objetos assim instituídos, surjam segundo certas regularidades, as quais, em última instância, representam suas próprias possibilidades de existência.

A estratégia e o procedimento que presidem ao nascimento do “saber” psicanalítico são as decisões, os gestos distributivos, nos quais se baseiam cada uma das formações histórico-discursivas “vê e mostra tudo o que pode, em função de suas condições de visibilidade”, “diz tudo o que pode, em função de suas condições de enunciado”.⁸ Esses versam de fato, “sobre o tipo de objetos a conhecer, sobre o reticulamento que os faz aparecer, os isola e recorta os elementos pertinentes para um saber possível, sobre a posição que o sujeito deve ocupar para poder individualizá-los, sobre mediações instrumentais que lhe consinta uma apropriação, sob a modalidade de registro e de

⁵ Ivi, p. 39

⁶ Ivi, p. 237.

⁷ Cfr. ivi, p. 238.

⁸ G.Deleuze, *Foucault*, Feltrinelli, Milano 1986, p. 66.

memória que deve colocar em ato, sob a forma de conceitualização que deve praticar e que o qualifica como sujeito de um conhecimento legítimo”.⁹

Do ponto de vista arqueológico, a identidade e a diferença da psicanálise, que são pois a exigência do seu aparecimento e da sua existência, coincidem com a regra de “visibilidade” (“o que se vê e se faz ver”) e de “dizibilidade” (“o que se pode dizer” e “como” pode ser dito) que não apenas configuram e organizam o regime formal da sua competência, mas constituem os parâmetros da sua unidade e coerência. A unidade de um saber, através da qual os enunciados diversos fazem parte de um único “discurso”, não deve ser buscada, segundo os critérios utilizados da história do pensamento, na permanência e divisão dos mesmos temas ou conceitos, na produção da mesma série de objetos, determinados e classificados de uma vez por todas, na comum referência a um mesmo vocabulário. Consiste e vai medida antes, paradoxalmente, propriamente na diferença, na distância, nas rupturas que separam entre si os enunciados: no qual Foucault define o “mecanismo” ou o “sistema” de sua dispersão.¹⁰

O que de fato a arqueologia retraça e coloca à prova nesses elementos de descontinuidade não é, de fato, uma ordem de persistência, de solidariedade e de relações causais, mas o jogo das transformações e correlações que tem lugar num campo enunciativo organizado, a regularidade de uma irregular repartição discursiva.

*Ce qui permet d’individualiser un discours et de lui accorder une existence indépendante, – escreve Foucault – c’est le système des points de choix qu’il laisse libre à partir d’un champ d’objets donnés, à partir d’une gamme énonciative déterminée, à partir d’un jeu de concepts définis dans leur contenu et dans leur usage.*¹¹

Além das inovações ou fraturas que introduzem, ou melhor mesmo através delas, que fazem com que enunciados diversos formem um único e específico conjunto é em

⁹ M. Foucault, *Nascita della clinica. Una archeologia dello sguardo medico*, Einaudi, Torino 1998, p. 150.

¹⁰ M. Foucault, *L’archeologia del sapere*, op. cit., p. 49.

suma o obedecer, entre vínculos e grau de liberdade, a um mesmo modo de funcionar, aos mesmos dispositivos de visibilidade e dizibilidade.

Aparece claro, agora, uma vez sumariamente recordados a intenção e o método da arqueologia foucaultiana, quais podem ser a eficácia e a vantagem de submeter a psicanálise a uma similar interrogação.

Exatamente porque arqueológica é a pergunta que:

- não pede razão aos discursos de verdade ou de sentido veiculados mas sim, das condições e regras de suas emergência e existência como regimes de enunciação;
- não se interessa, na análise dos saberes, pelo problema da tradição e das marcas, do fundamento que se perpetua, mas dos limites e das fraturas, "das transformações que valem como fundação e renovação das fundações".¹²

E por isso, ela não pode se limitar, no que diz respeito ao saber psicanalítico, a colher o momento, as razões e os modos de seu aparecimento; as "instâncias de delimitação", como as chama Foucault,¹³ que o recortam enquanto específico e necessário evento discursivo em relação a outros saberes pré-existentes.

Em outros termos, não se trata apenas, ainda que se deva, de "ser justo com Freud", como nos convidou a fazer Derrida,¹⁴ – que o defendeu contra o Foucault de *l'Histoire de la folie* – determinando, em que medida e sob quais aspectos, a prática psicanalítica representa efetivamente, em relação ao saber médico-psiquiátrico, uma tal descontinuidade a ponto de assinalar o surgimento de uma formação discursiva original e separada.

A exigência certamente maior, e mais útil ainda, de uma história do "já dito" psicanalítico, é a de uma leitura arqueológica levada ao interior das práticas e dos

¹¹ M. Foucault, « Sur l'archéologie des sciences », in *Dit et écrits I, 1954-1975*, Gallimard 2001, p. 746. (Em francês no texto)

¹² M. Foucault, *L'archeologia del sapere*, op. cit., p. 8 .

¹³ Ivi, p. 57.

discursos que aqui se colocam e se declaram em lugar e em nome comum da psicanálise. A questão principal a ser colocada é o que acontece, o que é feito do "discurso" psicanalítico e, mais essencialmente, da função enunciativa que provocou, certa vez, a emergência e deveria continuar a salvaguardar a identidade, a justificar pelo menos a sobrevivência.

O que também se deve perguntar, arqueologicamente, é se existe ainda e qual o sentido que mantém um saber "psicanálise"; qual é o estado, hoje, de seu arquivo, de seu sistema de positividade, ou o nível e a qualidade das transformações que estão em curso. Entram, tais transformações, na ordem das mudanças que, no *interior* de uma determinada formação discursiva, investem os objetos, as operações, os conceitos e as opções teóricas? Ou pertencem àquelas que, de tipo superior, marcarão o mesmo campo enunciativo no qual se sobressaem, modificando seus limites e estatuto internos? São em suma, segundo a classificação foucaultiana, *derivações* ou *mutações*?¹⁵

Como já foi dito, a ocasião destes Estados Gerais, involuntariamente, e até mesmo contra as suas intenções ideológicas iniciais, funciona como um amplificador dessas perguntas.

E de fato, qual o espaço mais eficaz e pleno do que esse, para recolher e mostrar a dispersão que movimenta hoje o saber psicanalítico e, ao mesmo tempo, para testar a propriedade dos seus "princípios de individualização"?¹⁶

Espelhando o gráfico da herança e das renúncias, das mudanças de direção, das retomadas, das reescrituras e transcrições que a heterogeneidade das intervenções desenha na tela pública destes Estados Gerais, o método arqueológico lê "formas de sucessão" e de "coexistência", "procedimentos de intervenção"¹⁷ : procura organizar a circulação de objetos e conceitos num campo de enunciados. Ao mesmo tempo, e

¹⁴ Cfr. J. Derrida, *"Essere giusti con Freud"*, Cortina, Milano 1994.

¹⁵ Cfr. M. Foucault, "Réponse à une question", in *Dit et écrits I, 1954-1975*, Gallimard, 2001.

¹⁶ M. Foucault, « Sur l'archéologie des sciences », op. cit..

principalmente, porque esse é o seu sentido principal, verifica, controla se o que é dito em nome da psicanálise pertence efetivamente ao discurso psicanalítico.

E esta é, de fato, a pergunta que devemos estar dispostos a formular, para que possa realmente acontecer algo como os Estados Gerais da Psicanálise, da psicanálise como saber. É essa a questão, que deve ser analisada em todos os seus níveis, até em sua substância essencial, que devemos poder colocar à prova no sentido do nosso tomar aqui a palavra.

O que fazemos utilizando esse termo, servindo-nos dessa denominação, "a psicanálise", cada um por sua própria conta e na pressuposta solidariedade deste encontro, e legando-lhe o reconhecimento de nosso trabalho de pensamento, da nossa prática?

Como, em que medida se refazem os nossos enunciados, as deliberações com que a psicanálise – colhendo o evento de sua necessidade – decidiu os modos originais de sua experiência e de sua práxis? O que e quanto tem a ver com a estratégia e o procedimento por meio dos quais aquelas modalidades se realizaram?

Como, em que posições se distribuem, na sua dispersão também vital, em relação à regra de instituição do objeto, de codificação do processo, de questionamento, as condições de "visibilidade" e "dizibilidade" ditadas pelo arquivo psicanalítico?

Na sua formulação mais radical, a questão que devemos responder é, em suma: *de onde* falamos? *No interior, do interior de quê?* *De e em relação a qual domínio* de enunciação? E são realmente, para todos, os limites e a possibilidade do mesmo espaço enunciativo?

Como exemplo – para indicar sumariamente algum alvo dessas questões arqueológicas -- *de que modo* falamos do inconsciente? Quaisquer que sejam os conteúdos com os quais nós o preenchamos, os predicados que lhe possamos atribuir,

¹⁷ Cfr. M. Foucault, *L'archeologia del sapere*, op. cit., pp. 75-79 .

sempre nos referimos a ele como aquele objeto ou texto impossível, não apresentável – sempre *hors cadre*, fora de cena, e muito deslocado no sintoma – cuja instituição no interior de um saber, em um dado momento, pareceu inevitável? Não é próprio da particular "natureza" de tal objeto o fato de ter tornado necessário, em um dado momento, o modo do discurso que se chamou e que chamamos "psicanálise"? A identidade e a função distintiva desse saber não são e não deverão continuar a ser, a de tratar, de fazer frente a tal objeto inacessível? De articular, deduzir, obstinadamente, em torno disso, possibilidades e limites do dizer?

Também: sobre quais tipos de sintomas trabalham os psicanalistas? Qual é a superfície onde espera a emergência deles, onde lhes é preparada a captura, e através de qual "sistema orientação"?¹⁸ Porque é duvidoso que um dos pontos sobre o qual o discurso psicanalítico mais marcadamente rompe com o médico-psiquiátrico, e afirma a própria especificidade, é exatamente na sua reestruturação semiológica, no deslocamento na linguagem do seu código de pesquisa. O fato de que seja lingüística, e só possa ser, a existência dos signos nos quais se coloca o seu processo de questionamento; lingüístico o "invólucro formal"¹⁹ no qual estes se apresentam, se fazem apreciados e dizíveis, adquirem e carregam significado. Estamos agora possivelmente de acordo em definir a prática analítica como, eminentemente, uma "clínica da escuta"? Um campo de atenção eletrificado de fenômenos, atos e fatos de linguagem que funcionam através de traços e da observação de objetos inobserváveis? E, por outro lado, como fazer referências ao arquivo psicanalítico semiótico diferente desta "clínica da escuta"?²⁰

Ainda: como são construídos os nossos enunciados? Incluem-se realmente e sempre no regime de dizibilidade próprio ao saber psicanalítico? São realmente isentos, os psicanalistas, no modo como expõem suas propostas teóricas ou seus casos clínicos,

¹⁸ M. Foucault, *Nascita della clinica*, op. cit., p. 134.

¹⁹ J. Lacan, "Dei nostri antecedenti", in *Scritti*, Einaudi, Torino 1974, p. 62.

²⁰ A. De Ciaccia, *La clinica psicoanalitica*, "La Psicoanalisi", 12, 1993, p. 120.

da tentação de um estilo nomológico que é mais uma imitação ou paródia do discurso médico-psiquiátrico? Até que ponto não opera, não interfere também para eles a sedução, o "sonho epistemológico"²¹ de reconduzir a natureza não apresentável de seus objetos, e o processo indicativo da sua adequação, a um quadro de referência objetivo, totalmente legível e exaustivamente comunicável?

Se fossem as leis do arquivo que, governando os possíveis espaços de palavra nestes Estados Gerais, dessem crédito a tais perguntas e as substituíssem pela ideologia da unidade do fundamento e no fundamento, seria então possível verificar, tendo uma amostragem tão representativa, o que está acontecendo, o que realmente é mostrado na recomposição da experiência psicanalítica atualmente em curso.

Se poderia estabelecer se, e até que ponto, através e apesar dos pontos de descontinuidade nos quais se abastecem os planos e os parâmetros de "especialização" e "verbalização" dos próprios objetos,²² a psicanálise ainda funciona e tem ainda razões para funcionar como um único e autônomo regime discursivo. Assim, deve-se decidir se o apelo, a necessidade histórica que gerou esse evento, o "nascimento" do saber psicanalítico, com o seu específico sistema de positividade, está ainda em vigência, ou silenciosamente, já não é de tão significativa importância. E se a psicanálise obedece agora a outras razões e outras exigências, e a elas se adequa modificando as suas próprias condições instituidoras.

Porque é essa a última coisa que se poderia colocar em jogo nestes Estados Gerais: a tentativa, a vontade de verificar se realmente as passagens, as mudanças, das quais a história das idéias marca a superfície do "pensamento" psicanalítico, considerando como excursões fisiológicas de uma mesma tradição de "conhecimento", pertencem sempre e realmente ao saber "psicanálise", e às leis de seu arquivo. Ou se, ao contrário, em alguma dessas transformações, outros planos de visibilidade e dizibilidade,

²¹ G. Deleuze, *Foucault*, op. cit., p. 68.

diferentes dispositivos na constituição e formação dos objetos não tenham provocado, como é lícito suspeitar, incompatibilidade, fratura irreduzível, invasões. Assim, os enunciados de tais mutações recaem, já se movem mantendo um nome que, arqueologicamente, não mais lhes compete – no interior e nas regras de outras ou novas formações discursivas.

²² Cfr. M. Foucault, *Nascita della clinica*. op. cit., p. 5.